



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 644/2014

Autor
Senador Cássio Cunha Lima

Partido
PSDB - PB

1. ___ Supressiva 2. ___ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ___ Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

Alterem-se os valores da tabela que consta no art. 1º, da MP 644/20014:

Art. 1º O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva mensal, em reais, a partir do ano-calendário de 2015:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.758,46	-	-
De 2.758,47 até 4.134,05	7,5	206,88
De 4.134,06 até 5.512,13	15	620,10
De 5.512,14 até 6.887,51	22,5	1.240,23
Acima de 6.887,52	27,5	1.894,06

Justificação

A correção da tabela progressiva referente ao Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) vem sendo corrigida em percentual inferior ao índice de inflação, uma vez que o Governo Federal vem atualizando a tabela com base nas suas metas de inflação, e não nos índices reais de inflação registrados, vindo a violar vários preceitos constitucionais, tais como: conceito de renda (artigo 153, inciso III), a capacidade contributiva (artigo 145, parágrafo 1º), o não confisco tributário (artigo 150, inciso IV) e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III).

Neste sentido, tanto em relação à tabela vigente, quanto em relação ao pífio reajuste de 4,5%



SF/14669.01380-71

proposto pelo Governo Federal, a correção acaba por tributar o “mínimo existencial”.

Considera-se “mínimo existencial” a quantia capaz de assegurar a vida digna do indivíduo e seu núcleo familiar destinada à manutenção das despesas mensais de sobrevivência, tais como água, luz, alimentação, saúde, educação, transporte, entre outros.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5096), no Supremo Tribunal Federal, no mês de março do corrente ano, para questionar a referida correção.

De acordo com tal ação ajuizada, estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal indicam que, de acordo com a evolução do IPCA (índice oficial medido pelo IBGE), no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2013 (já descontadas todas as correções da tabela do imposto de renda), ocorreu uma perda de poder aquisitivo da moeda brasileira de 62%. O índice é compatível com o apresentado em nota técnica pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que aponta defasagem acumulada na tabela de cálculo do IR de 61,24%.

Portanto, venho propor o reajuste dos valores insculpidos na MPV 00644/2014 de 02/05/2014 no percentual de 61,24%.

Com essas considerações, solicito apoio dos Ilustres Pares para o acolhimento da proposta apresentada nesta emenda.

PARLAMENTAR



SF/14669.01380-71